

CONTRATO DE RATEIO nº 01/2021

CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE O CONSORCIO PUBLICO INTERFEDERATIVO DE SAUDE DA REGIAO DE ALAGOINHAS, O ESTADO DA BAHIA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DA SAÚDE E OS MUNICÍPIOS DE: ACAJUTIBA, ALAGOINHAS, APORÁ, ARAÇAS, ARAMARI, CARDEAL DA SILVA, CATU, CRISÓPOLIS, ENTRE RIOS, ESPLANADA, INHAMBUPE, ITANAGRA, ITAPICURU, JANDAÍRA, OURIÇANGAS, PEDRÃO, POJUCA, RIO REAL E SÁTIRO DIAS.

O CONSORCIO PUBLICO INTERFEDERATIVO DE SAUDE DA REGIAO DE ALAGOINHAS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 27.697.707/0001-55, com sede na Rua Santa Cecília, S/N, Bairro – Juracy Magalhães, CEP 48.040-180, neste ato representado neste ato, por seu Presidente, Sr. Prefeito, **SOSTHENES SERRAVALLE CAMPOS**, brasileiro, inscrito no CPF/MF nº 838.555.485-87, o **ESTADO DA BAHIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.937.032/0001-60, com sede na Avenida Luiz Viana Filho, 3ª Avenida, nº 390, Ala Sul, 3º andar, Centro Administrativo da Bahia, Salvador - Bahia, doravante denominado simplesmente **ESTADO**, representado, neste ato, pelo Chefe do Poder Executivo Estadual, Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **RUI COSTA**, por intermédio da **SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - SESAB**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.937.131/0001-41, situada na Avenida Luiz Viana Filho, nº 400, Centro Administrativo da Bahia, Salvador - Bahia, representada, neste ato, por seu Secretário, Sr. Fábio Vilas-Boas Pinto, e os municípios de: **ACAJUTIBA** - CNPJ nº 13.696.521/0001-77, representado pelo Prefeito, **ALEXSANDRO MENEZES DE FREITAS**, CPF/MF nº 012.859.855-75; **ALAGOINHAS** - CNPJ nº 13.646.00510001-38, representado pelo Prefeito, **JOAQUIM BELARMINO CARDOSO NETO** - CPF/MF nº 255.102.315-72; **APORÁ** - CNPJ nº 646.542/0001-88, representado pela Prefeita, **IVONEI RAIMUNDO DOS SANTOS**, CPF/MF nº 146.173.235-20; **ARAÇAS** - CNPJ nº 16.131.088(0001-10, representado pela Prefeita, **MARIA DAS GRAÇAS TRINDADE LEAL**, CPF/MF nº 164.903.555-15; **ARAMARI** - CNPJ nº 13.646.740/0001-41, representado pelo Prefeito, **FIDEL CARLOS SOUZA DANTAS**, CPF/MF nº 811.548.105-00; **CARDEAL DA SILVA** - CNPJ nº 14.126.254/0001-65, representado pela Prefeita, **MARIANE MERCURI DE SANTANA ALMEIDA OLIVIERA**, CPF/MF nº 805.817.065-87; **CATU** - CNPJ nº 13.800.685/0001-00, representado pelo Prefeito, **GERANILSON DANTAS REQUIÃO**, CPF/MF nº 060.138.215-34; **CRISÓPOLIS** - CNPJ nº 13.646.922/0001-12, representado pelo Prefeito, **EDINAL ALVES DA COSTA**, CPF/MF nº 212.394.285-53; **ENTRE RIOS** - CNPJ nº 14.126.981/0001-22 representado pelo Prefeito, **ELIZIO FERNANDES RODRIGUES SIMÕES**, CPF/MF nº 261.542.265-00; **ESPLANADA** - CNPJ nº 13.885.231/0001-71, representado pelo Prefeito, **FRANCISCO DA CRUZ**, CPF/MF nº 241.571.825-91; **INHAMBUPE** - CNPJ nº 13.647J85/0001-72, representado pelo Prefeito, **FORTUNATO SILVA COSTA**, CPF/MF nº 106.396.245-53; **ITANAGRA** - CNPJ nº 14.757.157/0001-70, representado pela Prefeita, **DANIA MARIA DA SILVA**, CPF/MF nº 229.117.665-04; **ITAPICURU** - CNPJ nº 13.647.557/0001-60, representado pelo Prefeito, **MAGNO FERREIRA DE SOUZA**, CPF/MF nº 539.106.995-53; **JANDAÍRA** - CNPJ nº 13.697.206/0001-64, representado pelo Prefeito, **ADILSON AIRES LEITE DE AVILA**

JUNIOR, CPF/MF nº 670.343.905-25; **OURIÇANGAS** - CNPJ nº 13.648.043/0001-20, representado pelo Prefeito, **ANTONIO DIAS MARQUES**, CPF/MF nº 824.561.355-04; **PEDRÃO** - CNPJ nº 13.648.241/0001-93 representado pelo Prefeito, **SOSTHENES SERRAVALLE CAMPOS**, CPF/MF nº 838.555.485-87; **POJUCA** - CNPJ 13.806.237/0001-06, representado pelo Prefeito, **CARLOS EDUARDO BASTOS LEITE**, CPF/MF 214.294.055-20; **RIO REAL** - CNPJ nº 15.088.800/0001-83, representado pelo Prefeito, **ANTONIO ALVES DOS SANTOS**, CPF/MF nº 194.432.185-34; **SÁTIRO DIAS** - CNPJ nº 13.648.480/0001-43, representado pelo Prefeito, **MARIVALDO DA CRUZ ALVES**, CPF/MF nº 924.836.405-59, resolvem celebrar o presente contrato de rateio, nos termos que passa a dispor.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente CONTRATO DE RATEIO tem como fundamento o art. 8º da Lei Federal nº 11.107/05 de 6 de abril de 2005, e art. 13 e ss. do Decreto Federal nº 6.017/07, de 17 de janeiro de 2007; no artigo 12 da Lei Estadual n.º 13.374, de 22 de setembro de 2015, bem como nos demais dispositivos e normativos pertinentes à matéria.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente CONTRATO DE RATEIO a definição dos valores, regras e critérios de participação financeira dos contratantes para o exercício financeiro 2021, na cobertura das despesas operacionais das atividades pertinentes a administração da SEDE do CONSÓRCIO, à manutenção e gestão da POLICLÍNICA REGIONAL DE SAÚDE incluindo neste as despesas referentes ao custeio do transporte sanitário, para o funcionamento **CONSORCIO PUBLICO INTERFEDERATIVO DE SAUDE DA REGIAO DE ALAGOINHAS**, na forma prevista na Clausula Décima do Protocolo de Intenções, convertido em Contrato de Consorcio.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes de execução deste Contrato correrão à conta de dotações consignadas nas leis orçamentárias de todos os entes consorciados.

Parágrafo Único – Os consorciados signatários atestam, sob as penas da lei, que nos seus respectivos orçamentos há dotações suficientes à cobertura das despesas decorrente deste contrato, conforme previsto no artigo 9º da Lei n.º 13.374, de 22 de setembro de 2015.

CLÁUSULA QUARTA – DAS RECEITAS

CLÁUSULA 4.1 – DOS REPASSES

Os custos mensais para cobertura das despesas operacionais das atividades pertinentes a administração da SEDE do **CONSORCIO PUBLICO INTERFEDERATIVO DE SAUDE DA REGIAO DE ALAGOINHAS** no exercício de 2021 estão fixados em R\$ 47.000,00 (Quarenta e sete mil reais), e a gestão da POLICLÍNICA REGIONAL DE SAÚDE em R\$ 907.000,00 (Novecentos e sete mil reais), totalizando em R\$ 954.000,00 (Novecentos e cinqüenta quatro mil reais), distribuídos conforme tabela abaixo:

| Código Orçamentário e Contábil | Descrição da Natureza da Despesa | RATEIO SEDE | RATEIO POLICLINICA | TOTAL GERAL MENSAL (R\$) |
|--------------------------------|----------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------------|
| | | Valor Mensal (R\$) | Valor Mensal (R\$) | |
| 31 71 7000 | Pessoal e Encargos Sociais | 29.898,75 | 617.227,70 | 647.126,45 |
| 33 71 7000 | Despesas de Custeio | 17.101,25 | 289.772,30 | 306.873,55 |
| 44 71 7000 * | Despesas de Investimento | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL MENSAL (R\$) | | 47.000,00 | 907.000,00 | 954.000,00 |

* Valor a ser utilizado dentro do limite indicado no parágrafo sexto

Parágrafo Primeiro – O rateio das despesas, bem como as cotas mensais referentes a cada um dos itens entre os entes consorciados será feito conforme o **ANEXO I** deste Contrato

Parágrafo Segundo – O Consórcio deverá discriminar as despesas a serem executadas, observando os critérios de classificação funcional, programática, por natureza de despesa e por fonte / destinação de recursos.

Parágrafo Terceiro – Os entes consorciados efetuarão em suas contabilidades o registro das informações do Consórcio necessárias à consolidação de demonstrativos fiscais. Para tanto, o Consórcio deverá encaminhar mensalmente, até o dia 10 do mês subsequente, para os entes consorciados, as informações sobre a execução das despesas por grupo de natureza de despesa, função e subfunção.

Parágrafo Quarto – Para elaboração dos demonstrativos previsto na Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, os entes consorciados computarão as despesas executadas na modalidade de aplicação referente às transferências efetuadas, observando a metodologia de elaboração estabelecida pelo Manual de Demonstrativos Fiscais, da Secretaria do Tesouro Nacional.

Parágrafo Quinto – Caso o consórcio não encaminhe as contas dentro do prazo estabelecido no parágrafo terceiro deste artigo, as apurações nos demonstrativos ocorrerão da seguinte forma:

- I) Todo o valor transferido pelo ente consorciado para pagamento de pessoal entrará na despesa bruta com pessoal ativo do Ente consorciado;
- II) Nenhum valor transferido pelo ente consorciado para pagamento de despesas com saúde será computado para os limites nos demonstrativos.

Parágrafo Sexto – O Consórcio poderá realizar aquisição de equipamentos para ampliação e modernização da prestação de serviços e da gestão, desde que o recurso financeiro seja transferido previamente pelos entes consorciados, após aprovação em Assembleia Geral.

Parágrafo Sétimo – O remanejamento da natureza da despesa que trata o parágrafo anterior deverá ser precedido de estudo técnico contábil, respeitado o limite de até 10% do valor global do presente Contrato de Rateio.

Parágrafo Oitavo – Para fins de registro contábil orçamentário pelos entes consorciados fica demonstrado nos Quadros de Detalhamento da Despesa - QDD, com os valores atribuídos a cada ente consorciado, indicando o valor mensal e anual conforme o **ANEXO II** para despesas operacionais das atividades pertinentes a administração da SEDE do CONSÓRCIO e **ANEXO III** para despesas de manutenção e gestão da POLICLÍNICA REGIONAL DE SAÚDE deste Contrato.

Parágrafo Nono – Apurado superávit financeiro no exercício anterior, devidamente evidenciado no Balanço Patrimonial do Consórcio e demonstrado no Quadro do Superávit Financeiro nos termos do MCASP, sua utilização fica condicionada à aprovação do Plano de Aplicação dos Recursos em Assembleia Geral e vinculado a natureza da despesa de origem, com manifestação prévia do

Conselho Fiscal, e a execução mediante abertura de crédito adicional suplementar e/ou especial em observância aos requisitos dispostos no Artigo 43 da Lei 4.320/64, ao Parágrafo Único do Artigo 8º da Lei Complementar 101/00

CLÁUSULA 4.2 – DOS TRIBUTOS

Os tributos recolhidos pelo Consorcio serão distribuídos da seguinte forma:

I - O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS fruto do objeto deste contrato será devido ao MUNICÍPIO onde for prestado o serviço, de fato, conforme Lei Complementar nº 116/2003.

II - O Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF será retido pelo presente Consórcio, contabilizados como receita própria e as informações financeiras respectivas deverão ser prestadas a todos entes consorciados para fins de consolidação em suas contas, nos termos do disposto Art. 17 do Decreto nº 6.017/2007.

CLÁUSULA QUINTA – DO VENCIMENTO E DA FORMA DE PAGAMENTO

Os entes consorciados devem integralizar suas cotas mensais até o quinto dia útil de cada mês.

Parágrafo Primeiro - O pagamento das obrigações para cobertura do custeio do Consórcio de que trata o presente contrato de rateio será realizado pelos Municípios mediante a transferência de cotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações – **ICMS**, do qual é depositário o BANCO DO BRASIL S/A.

Parágrafo Segundo - Para efetivação dos pagamentos estabelecidos neste contrato, os MUNICÍPIOS aderem ao CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS firmado entre o CONSÓRCIO e o BANCO DO BRASIL S/A, conforme TERMO DE ADESÃO que faz parte integrante deste instrumento, pelo que fica expressamente autorizado pelos MUNICÍPIOS o BANCO DO BRASIL S/A, em caráter irrevogável e irretratável, a debitar nas contas corrente onde são depositados os créditos referentes ao rateio do ICMS, quando do crédito da primeira cota mensal, ou nas subseqüentes caso o valor da primeira cota seja insuficiente, os valores necessários à quitação das parcelas, nos seus respectivos vencimentos.

Parágrafo Terceiro – Fica dispensada a emissão da nota de empenho para o pagamento a que se refere esta cláusula, nos termos do §1º, do artigo 60, da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, devendo, contudo os entes consorciados efetuarem as devidas regularizações orçamentárias e contábeis, observadas as classificações constantes nos Anexo II e Anexo III deste Contrato de Rateio.

Parágrafo Quarto - Caso, durante a vigência deste contrato, o BANCO DO BRASIL S/A deixe de ser o depositário das cotas do ICMS, os MUNICÍPIOS se obrigam a aditarem o presente instrumento, atribuindo à nova instituição depositária das cotas do ICMS as atribuições do BANCO do BRASIL S/A.

Parágrafo Quinto - Fica desde já certo e ajustado que na hipótese de qualquer reforma tributária que implique extinção das cotas do ICMS repassadas ao CONSÓRCIO, serão as mesmas substituídas, para os mesmos efeitos, pelos recursos financeiros ou cotas que se criarem em sua substituição.

Parágrafo Sexto - Para fins dos repasses financeiros previsto nesta cláusula, os MUNICÍPIOS comprometem-se a confirmar a autorização através do Termo de Adesão ao DEBITO AUTOMÁTICO (DBT), adotando as medidas previstas para tanto na Cláusula 6ª do Contrato de Prestação de Serviços firmado entre o CONSÓRCIO e o BANCO DO BRASIL S/A.

Parágrafo Sétimo – O Estado poderá condicionar a entrega de recursos aos municípios inadimplentes com o CONSÓRCIO à transferência dos repasses financeiros previstos neste contrato, conforme parágrafo único do Art. 160 da Constituição Federal.

CLÁUSULA SEXTA: DOS APORTES DO ESTADO

O Estado da Bahia compromete-se a, mensalmente, até o quinto dia útil de cada mês, efetuar o pagamento ao Consórcio das obrigações assumidas por força deste contrato.

Parágrafo Primeiro – Para garantia e como meio de efetivo pagamento da obrigação financeira decorrente deste contrato, o Estado da Bahia cede e transfere ao Consórcio, em caráter irrevogável e irretratável, por esta e na melhor forma de direito, a modo “pro solvendo”, e nos exatos valores que se tornarem exigíveis nos termos deste contrato, os créditos que se façam na sua conta de depósitos junto ao Banco do Brasil S/A, provenientes das quotas do Fundo de Participação dos Estados – FPE.

Parágrafo Segundo – Verificada a inadimplência do Estado no cumprimento das disposições do caput, o Consórcio pode, imediatamente, acionar o Banco do Brasil S/A, para efetivação das disposições do parágrafo primeiro.

Parágrafo Terceiro – Para dar efetividade às disposições do parágrafo anterior, o Estado também adere ao CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS de que trata o parágrafo segundo da cláusula quinta deste contrato, firmando o respectivo termo de adesão.

Parágrafo Quarto – Para fins dos repasses financeiros previsto nesta cláusula, o ESTADO efetuará seus pagamentos da seguinte forma: as despesas operacionais pertinentes as atividades da administração da SEDE do CONSÓRCIO pela **Unidade Gestora: 19.601.0003** e para as despesas de manutenção e gestão da POLICLÍNICA REGIONAL DE SAÚDE na **Unidade Gestora: 19.601.0083**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES, ADITIVOS E DISTRATOS.

As transferências financeiras na forma deste contrato são de caráter irrevogável até o seu cumprimento total, salvo mediante Distrato/Rescisão deste Contrato, obrigatoriamente, com anuência em Assembléia Geral, ficando assegurada a manutenção do equilíbrio financeiro desse Contrato.

Parágrafo Único – Quaisquer alterações não serão permitidas nem promovidas, salvo mediante “Termo Aditivo” e/ou outro documento que o substitua, obrigatoriamente, com aprovação da Assembléia Geral, ficando assegurado a manutenção do equilíbrio financeiro do Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DOS CONSÓRCIADOS

São obrigações dos entes consorciados:

I – Repassar recursos financeiros ao CONTRATADO conforme os valores estabelecidos no presente CONTRATO DE RATEIO;

II – Exigir o pleno cumprimento das obrigações previstas neste CONTRATO DE RATEIO, quando na condição de adimplente;

III - Cumprir o cronograma de desembolso do repasse dos recursos financeiros deste Contrato de Rateio, conforme previsto nas Cláusulas Quarta, Quinta e Sexta.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONSÓRCIO

São obrigações do Consorcio:

- I- Aplicar os recursos oriundos do presente CONTRATO DE RATEIO observadas as normas da contabilidade pública;
- II - Executar as receitas e despesas em conformidade com as normas de direito financeiro, aplicáveis às entidades públicas;
- III – Informar mensalmente a todos os consorciados o saldo bancário e as despesas realizadas com os recursos repassados no presente CONTRATO DE RATEIO;
- IV – Aplicar os recursos financeiros repassados ao CONSÓRCIO em fundos de aplicação financeira de curto prazo, enquanto não empregados na sua finalidade, devendo os resultados serem utilizados integralmente no objeto desse Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA

Para os efeitos deste CONTRATO DE RATEIO, a vigência será adstrita ao exercício financeiro 2021 e seu prazo não será superior ao das dotações que o suportam, em estrita observância a legislação orçamentária e financeira de cada ente consorciado contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A execução do objeto deste contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Presidente do **CONSORCIO PUBLICO INTERFEDERATIVO DE SAUDE DA REGIAO DE ALAGOINHAS**.

Parágrafo Único – Os CONSORCIADOS terão, isolada ou conjuntamente, livre acesso ao **CONSORCIO PUBLICO INTERFEDERATIVO DE SAUDE DA REGIAO DE ALAGOINHAS**, para o acompanhamento e a fiscalização de que trata esta cláusula, cabendo ao Presidente fornecer todas as informações e documentos necessários ao bom andamento dos trabalhos.

CLAÚSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Para dirimir eventuais dúvidas, controvérsias, excessos e/ou omissões deste Contrato de Rateio, os partícipes elegem Tribunal de Justiça da Bahia, renunciando a quaisquer outros.

E por estarem de acordo com as cláusulas e condições acima estabelecidas, assinam o presente CONTRATO DE RATEIO em 02 vias de igual teor e forma, para os devidos fins de direito que, depois de lido e assinado pelas partes e pelas testemunhas, será publicado seu extrato no Diário Oficial do Estado da Bahia para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Alagoinhas, de de

**PRESIDENTE DO CONSORCIO PUBLICO INTERFEDERATIVO DE SAUDE DA REGIAO DE
ALAGOINHAS
Prefeito do Município de Pedrão**

GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA

SECRETÁRIO DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA

ALEXSANDRO MENEZES DE FREITAS

MUNICÍPIO DE ACAJUTIBA

JOAQUIM BELARMINO CARDOSO NETO

MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS

IVONEI RAIMUNDO DOS SANTOS

MUNICÍPIO DE APORÁ

MARIA DAS GRAÇAS TRINDADE LEAL

MUNICÍPIO DE ARAÇAS

FIDEL CARLOS SOUZA DANTAS

MUNICÍPIO DE ARAMARI

**MARIANE MERCURI DE S. ALMEIDA
OLIVEIRA**

MUNICÍPIO DE CARDEAL DA SILVA

GERANILSON DANTAS REQUIÃO

MUNICÍPIO DE CATÚ

EDINAL ALVES DA COSTA

MUNICÍPIO DE CRISÓPOLIS

ELIZIO FERNANDES RODRIGUES SIMÕES

MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS

FRANCISCO DA CRUZ

MUNICÍPIO DE ESPLANADA

FORTUNATO SILVA COSTA

MUNICÍPIO DE INHAMBUPE

DANIA MARIA DA SILVA

MUNICÍPIO DE ITANAGRA

MAGNO FERREIRA DE SOUZA

MUNICÍPIO DE ITAPICURU

ADILSON AIRES LEITE DE AVILA JUNIOR

MUNICÍPIO DE JANDAÍRA

ANTONIO DIAS MARQUES

MUNICÍPIO DE OURIÇANGAS

SOSTHENES SERRAVALLE CAMPOS

MUNICÍPIO DE PEDRÃO

CARLOS EDUARDO BASTOS LEITE
MUNICÍPIO DE POJUCA

ANTONIO ALVES DOS SANTOS
MUNICÍPIO DE RIO REAL

MARIVALDO DA CRUZ ALVES
MUNICÍPIO DE SÁTIRO DIAS

**ANEXO I - CONSOLIDADO DOS RATEIOS DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DA REGIÃO DE SAÚDE DE ALAGOINHAS
EXERCÍCIO 2021**

| MUNICÍPIO | POPULAÇÃO 2020 | 60% CUSTEIO DA POLICLINICA & SEDE | | | | PER CAPITA DO CONSORCIO |
|--------------|-------------------|---------------------------------------|-----------------------------|--|---------------------------------------|----------------------------|
| | | TOTAL RATEIO MENSAL POLICLINICA | TOTAL RATEIO MENSAL SEDE | CUSTO MÉDIO MENSAL POR MUNICÍPIO | CUSTO MÉDIO ANUAL POR MUNICÍPIO | |
| 1 | ACAJUTIBA | 15.187 | 14.212,32 | 736,47 | 14.948,80 | 179.385,55 |
| 2 | ALAGOINHAS | 152.327 | 142.550,92 | 7.386,87 | 149.937,79 | 1.799.253,51 |
| 3 | APORÁ | 17.788 | 16.646,40 | 862,60 | 17.509,00 | 210.108,00 |
| 4 | ARAÇÁS | 12.208 | 11.424,51 | 592,01 | 12.016,52 | 144.198,25 |
| 5 | ARAMARI | 11.461 | 10.725,45 | 555,78 | 11.281,24 | 135.374,85 |
| 6 | CARDEAL DA SILVA | 9.346 | 8.746,19 | 453,22 | 9.199,41 | 110.392,93 |
| 7 | CATU | 54.970 | 51.442,12 | 2.665,69 | 54.107,81 | 649.293,72 |
| 8 | CRISÓPOLIS | 21.163 | 19.804,80 | 1.026,27 | 20.831,06 | 249.972,77 |
| 9 | ENTRE RIOS | 41.901 | 39.211,87 | 2.031,93 | 41.243,79 | 494.925,53 |
| 10 | ESPLANADA | 37.578 | 35.166,31 | 1.822,29 | 36.988,60 | 443.863,19 |
| 11 | INHAMBUPE | 40.333 | 37.744,50 | 1.955,89 | 39.700,39 | 476.404,65 |
| 12 | ITANAGRA | 6.436 | 6.022,95 | 312,10 | 6.335,05 | 76.020,64 |
| 13 | ITAPICURU | 35.883 | 33.580,09 | 1.740,09 | 35.320,18 | 423.842,22 |
| 14 | JANDÁIRA | 10.726 | 10.037,62 | 520,14 | 10.557,77 | 126.693,19 |
| 15 | OURIÇANGAS | 8.570 | 8.019,99 | 415,59 | 8.435,58 | 101.226,98 |
| 16 | PEDRÃO | 7.394 | 6.919,47 | 358,56 | 7.278,03 | 87.336,33 |
| 17 | POJUCA | 39.972 | 37.406,67 | 1.938,38 | 39.345,05 | 472.140,60 |
| 18 | RIO REAL | 40.976 | 38.346,23 | 1.987,07 | 40.333,30 | 483.999,63 |
| 19 | SÁTIRO DIAS | 17.302 | 16.191,59 | 839,03 | 17.030,62 | 204.367,47 |
| TOTAL | | 581.521 | 544.200,00 | 28.200,00 | 572.400,00 | 6.868.800,00 |

RATEIO DO CUSTEIO DA POLICLÍNICA DA REGIÃO DE SAÚDE DE ALAGOINHAS

| FONTE | RATEIO MENSAL POLICLINICA | RATEIO MENSAL SEDE | TOTAL POLICLINICA + SEDE RATEIO MENSAL | TOTAL POLICLINICA + SEDE RATEIO ANUAL |
|-------------------------|------------------------------|-----------------------|---|--|
| Tesouro Estadual (40%) | 362.800,00 | 18.800,00 | 381.600,00 | 4.579.200,00 |
| Tesouro Municipal (60%) | 544.200,00 | 28.200,00 | 572.400,00 | 6.868.800,00 |
| TOTAL | 907.000,00 | 47.000,00 | 954.000,00 | 11.448.000,00 |



Documento assinado eletronicamente por **GERANILSON DANTAS REQUIÃO, Prefeito**, em 21/09/2020, às 16:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Magno Ferreira de Souza, Representante Legal da Empresa**, em 23/09/2020, às 10:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edinal Alves da Costa, Prefeito**, em 23/09/2020, às 12:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **SOSTHENES SERRAVALLE CAMPOS, Usuário Externo**, em 23/09/2020, às 13:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **FORTUNATO SILVA COSTA, Prefeito**, em 25/09/2020, às 10:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexsandro Menezes de Freitas, Prefeito**, em 25/09/2020, às 15:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Alves dos Santos, Prefeito**, em 25/09/2020, às 20:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Eduardo Bastos Leite, Usuário Externo**, em 29/09/2020, às 14:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elizio Fernandes Rodrigues Simões, Representante Legal da Empresa**, em 30/09/2020, às 09:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adilson Aires Leite de Ávila Junior, Prefeito**, em 06/10/2020, às 11:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Francisco da Cruz, Prefeito**, em 08/10/2020, às 21:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fidel Carlos Souza Dantas, Representante Legal da Empresa**, em 16/10/2020, às 11:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ivonei Raimundo dos Santos, Prefeito**, em 23/10/2020, às 10:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO DIAS MARQUES, Representante Legal da Empresa**, em 29/10/2020, às 11:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marivaldo da Cruz Alves, Prefeito**, em 30/10/2020, às 09:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Dânia Maria da Silva, Prefeita**, em 03/11/2020, às 15:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mariane Mercuri de Santana Almeida Oliveira, Prefeita**, em 19/11/2020, às 10:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOAQUIM BELARMINO CARDOSO NETO, Prefeito**, em 08/12/2020, às 10:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Luiz Dos Anjos Portela, Coordenador**, em 09/12/2020, às 11:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Vilas Boas Pinto, Secretário de Estado**, em 10/12/2020, às 14:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_or_gao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00022344347** e o código CRC **1DE5C7FA**.

Referência: Processo nº 019.0839.2020.0101890-76

SEI nº 00022344347

Criado por leonardo.rodrigues@saude.ba.gov.br, versão 5 por leonardo.rodrigues@saude.ba.gov.br em 21/09/2020 15:36:02.